



D. DINIS, O PAI DA PÁTRIA, DE PORTUGAL E SUA IMAGEM ATRAVÉS DA CRÔNICA GERAL DE ESPANHA DE 1344

Antonio Luiz Lachi

Doutor em História Social (USP)
e professor da UFMS (Dourados).

Este artigo evidencia o reinado de D. Dinis (1279 - 1325) sob a ótica da Crónica Geral de Espanha de 1344. Trata-se de uma obra que ocupa uma posição central na historiografia portuguesa, dada a sua condição de primeira crônica — portuguesa — de autor conhecido e que caracteriza-se pela abundância de pormenores que oferece desse período.

Palavras-chave: Historiografia portuguesa; crônica;
reinado de D. Dinis.

This article evidentiates the Kingdom of D. Dinis (1279-1325) under the optics of "Crónica Geral de Espanha de 1344". It refers to a work that occupies a central position in the written of the portuguese history, given its condition of first chronic — portuguese — of known author and which characterizes itself by the abundance of details offered by that period.

*Keywords: Portuguese historiography; chronicle;
Kingdom of D. Dinis.*

É antigo o interesse pelos aspectos históricos em Portugal. Trata-se mesmo de uma tradição rica, que ilumina o estudo do passado português (GODINHO, 1955, p. 3). Entre as primeiras manifestações, hoje objeto das investigações historiográficas, dos testemunhos do passado encontramos as crônicas¹, que surgiram em Portugal por influência dos centros mais avançados da cultura de então. Vieram "por cópia dos modelos de França, de Itália e sobretudo de Castela, onde a historiografia já adquirira no século XIII um desenvolvimento superior ao do resto da Europa" (OLIVEIRA MARQUES, 1985, p. 418-419).

No caso específico de Portugal, as melhores crônicas nasceram nas cortes senhoriais, em especial na corte do rei (OLIVEIRA MARQUES, 1974, p. 13), como atestam os "Cronicões" e os chamados "Livros de Linhagens" ou "Nobiliários", registros de genealogia de famílias fidalgas (CIDADE e SELVAGEM, 1967, p. 163). Essas foram as primeiras fontes da historiografia portuguesa. Ressaltemos que, para António José Saraiva, os Livros de Linhagens (que registraram algumas tradições épicas) não são obras propriamente

¹ "A crónica, como seu próprio título indica, era uma ordenação dos factos não em relação a um fim determinado, a um objectivo superior aos próprios factos, mas em que esses mesmos factos constituíam o objectivo em vista; o método único é o critério cronológico" (FIGUEIREDO, 1946, p. 210).

historiográficas nem cronísticas. São listas genealógicas da nobreza a que falta toda a datação cronológica (SARAIVA, 1988, p. 153).

Para esse estudioso, dos quatro livros de linhagens que se conhecem, distingue-se pelo seu valor literário o último, atribuído ao conde D. Pedro, filho de D. Dinis (SARAIVA, 1950, p. 15). O que vemos é que se trata de um livro que excede a finalidade de registro, constituindo-se mesmo em peça literária e histórica, mostrando a cultura de quem o fez, pela menção de fatos que andavam nas obras dos autores antigos e outros que enriqueceram o seu trabalho com as mais variadas informações, umas de grande valor, não apenas para os genealogistas, mas também para os historiadores (FARIA, 1985, p. 383).

Também a este D. Pedro, conde de Barcelos – bastardo de D. Dinis com D^a Grácia Fróis de Ribeira – deve-se a refundição em português de uma série de textos anteriores que redundou na chamada Segunda Crônica Geral, ou Crônica de 1344². Trata-se de um longo texto que se inicia com a criação do mundo e se conclui com o reinado de D. Afonso IV em 1357 (OLIVEIRA MARQUES, 1985, p. 419).

O conde de Barcelos desenvolvia essas atividades culturais provavelmente desde antes do seu exílio em Castela, entre 1317 e 1322. A sua obra pretendia responder a uma dupla preocupação, ou seja:

"fazer um trabalho de compilação, inspirado pelas obras do mesmo gênero realizadas pelo seu bisavô Afonso X, que era já considerado na época como um modelo para o nobre culto; fornecer aos nobres um texto onde pudessem encontrar, preservada das corrupções e vicissitudes do tempo, a memória das gerações anteriores e das tradições familiares" (MATTOSO, 1985, p. 313).

Esta crônica ocupa uma posição central na historiografia portuguesa (Crônica geral de Espanha de 1344, 1951, p. CCCXXX), dada a sua condição de primeira crônica – portuguesa – de autor conhecido. Só muito depois dela,

²Na sua Introdução à edição crítica da Crônica geral de Espanha de 1344, afirma Luís Filipe Lindley Cintra que "[o] confronto dos manuscritos portugueses e castelhanos e a análise interna do texto conduzem-nos porém a esta inesperada conclusão: a Crônica Geral de 1344 foi redigida originalmente em língua portuguesa e não há motivos para supor que o não tenha sido em Portugal". Nas páginas seguintes passa a defender tal afirmativa (Lisboa, 1951, p. XLIV). Por seu lado MATTOSO observa que "...a Crônica Geral de Espanha de 1344, (é) obra que se deve, justamente como se sabe, ao maior genealógico português, o Conde D. Pedro de Barcelos (1985, p. 310).

a partir de 1419, se empreendeu a primeira Crônica geral do reino, de que foi encarregado Fernão Lopes (MACHADO, 1985, p. 240).

Este cronista, então, refundiu a Crônica de 1344, aproveitando o que lhe interessava, acrescentando a ela outras fontes e dando-lhe, em certos casos, nova forma. O resultado foi a chamada Crônica dos sete primeiros reis de Portugal, datada de 1419, de que existem várias versões (OLIVEIRA MARQUES, 1985, p. 419)³.

Do exposto, observa-se então que, em Portugal, "a historiografia surge na época de D. Dinis (1261 – 1325) e sob dois aspectos: os livros de linhagens e as crônicas" (MACHADO, 1985, p. 239).

CRÔNICA GERAL DE ESPANHA DE 1344

Para quem, como nós, trabalha com o reinado de D. Dinis, interessa sobremaneira a Crônica geral de Espanha de 1344, escrita por D. Pedro, o conde de Barcelos, a qual começa por um esquema de História Universal de caráter puramente genealógico. Logo após essa história genealógica inicial, justapôs o autor uma tradução de uma parte das obras do grande historiador cordovês do século X, Ahmed ben Mohámmed Arrazi, vulgarmente conhecida por Crônica do Mouro Rasis, texto fundamental para compreender os primórdios da historiografia portuguesa. "Essa tradução do árabe para português foi encomendada por D. Dinis a Gil Peres, capelão de Pero Anes de Portel" (Crônica geral de Espanha de 1344, 1951, p. XXXI).

Como não poderia deixar de ser, a Crônica geral de Espanha exalta a figura de D. Dinis, afirmando que

"...este foy o melhor rey e mais justiçoso nen mais honrrado que ouve em Portugal des o tempo del rey dõ Afffonso, o primeiro, ataa o seu tempo (...). E este rey foy

³ Para AMADO "(designa-se) hoje por 'Crônica de 1419' um conjunto de crônicas relativas aos sete primeiros reis de Portugal (do conde D. Henrique a D. Afonso IV), cujos manuscritos do século XVI, copiados de originais do século anterior, foram encontrados há poucas décadas. Baseiam-se essas crônicas na parte da Crônica Geral de Espanha de 1344 que se ocupa do mesmo período da história de Portugal, e o seu autor declara ter começado a redigi-la em 1419" (1980, p. 25). Também SARAIVA faz uma análise interessante sobre a Crônica de Portugal de 1419, o qual inclusive, está em vias de publicar um estudo minucioso desta crônica, focalizando método, matéria e forma (1988, p. 161 e segs). Sobre o assunto v. tb. BASTO, 1956, p. 112.

o mais dereito en justiça tēperada cō piedade que ouve ê Espanha. E este foy muy boo cristãao e fez muyto ben aas ordêes e acrecentou aos filhos d'algo nas cōtias e terras que delle tiinham. E este ouve muytos mais vassalos que os outros reys que ante elle forom" (Crónica geral de Espanha de 1344, 1990, p. 243).

No eixo desta obra, encontramos o relato da guerra entre D. Dinis e seu irmão, D. Afonso, senhor de Portalegre, movida por este, ao ver do cronista, sem razão, mas, no fundo tendo-se iniciado devido à guarida que este Infante concedeu ao seu genro D. Alvaro Nunes de Lara, o qual, aproveitando-se da situação privilegiada do castelo de Arronches, que era do Infante D. Afonso, promovia incursões militares a Castela. Desencadeou-se o conflito graças à iniciativa de D. Sancho de Castela que, ao entrar em contato com D. Dinis, juntou forças com este para pôr fim a essa situação. Após a vitória, concedeu o soberano português ao Infante "muy grande terra chã e muy boa que valya mais e renda que tres vezes Arronches" (Crónica geral de Espanha de 1344, 1990, p. 244), o que mostra claramente a disposição generosa de D. Dinis para com o irmão.

Já no tocante à guerra entre Portugal e Castela, mostra a crônica que ela deveu-se ao fato de que o monarca castelhano não quis cumprir o compromisso dos casamentos reais estabelecidos ao término das guerras contra o Infante de Portalegre. Face a isso, e só a partir de então é que D. Dinis invadiu Castela, fazendo estragos mil e tomando-lhe todas as vilas e castelos que havia em Riba de Coa (Crónica..., 1990, p. 245). Aborda também a questão dos casamentos dos seus filhos e — apesar da importância do acontecimento, que praticamente estabelece a demarcação do território português — trata resumidamente do Tratado de Alcanices, ou seja, que "foy antre elles firmado e jurado que ficasse Riba de Coa pera todo sempre cō Portugal" (Crónica..., 1990, p. 246).

A crônica de 1344 caracteriza-se pela abundância de pormenores que oferece na descrição do reinado de D. Dinis. O conde D. Pedro constantemente dá testemunho de acontecimentos de que foi contemporâneo. Narra, com abundância de detalhes, a viagem desse soberano ao Aragão em 1304 — com todos os seus incidentes desde a partida da cidade da Guarda para servir de mediador entre D. Fernando IV e D. Jaime I — as jornadas através de Leão e de Castela — ressaltando que o soberano acampava sempre fora das povoações para evitar conflitos com os habitantes —, o encontro dos três monarcas em Agreda, no

sítio onde passava a fronteira dos dois reinos e onde foi proclamada a sentença de D. Dinis — e aqui dá ênfase ao aparato de que se revestiu tal empreendimento, mostrando que o séquito de D. Dinis era constituído por mil cavaleiros de linhagem (Crónica..., 1951, p. CXXXVI) —, aceita e outorgada pelos outros dois reis (Crónica..., 1951, p. CXXXVIII). Também trata dos acordos firmados entre o rei de Castela e D. Afonso de Lacerda, graças à arbitragem de D. Dinis, pondo fim, a partir de então, às pretensões deste à coroa castelhana, mostrando com exatidão os pormenores do acordo estabelecido, inclusive com a entrega, a D. Fernando IV, de todos os lugares que aquele possuía em Castela (Crónica... , 1951, p. CXXXIX). Fala também de como D. Pedro foi encarregado por D. Dinis de ir a Almazan, que ficava perto, e de trazer consigo D. Fernando, irmão de D. Afonso de Lacerda, para fazê-lo ficar com o rei de Castela.

Relembremos que os elogios a D. Dinis são uma constante em todos os capítulos dedicados ao seu reinado, entre eles o que é feito à sua liberalidade quando do seu encontro com os reis de Castela e de Aragão, marcada pelo oferecimento de presentes riquíssimos, sem nada aceitar em troca, generosidade cujo peso deve ter caído nos ombros de seus súditos, já que D. Dinis procedeu, diz ele,

"como aquele rey que era muy noble e muy grandioso e descendia do noble sangue del rey dom Affonso Anriquez. E esto he posto em livro por averem memoria todos os que o lerem e ouvirem que el rey dom Denis de Portugal, seendo juiz antre el rey de Castella e el rey d' Aragom, lhes deu grandes algos em muitas doas em suas terras; e outrossi a seus vassallos e elles tiveramse por contentes de o tomar; e elle nunca tomou delles nê hũa cousa" (Crónica..., 1951, p. CXL).

Por outro lado, a própria versão que a Crónica nos dá sobre como os reis de Castela e de Aragão escolheram D. Dinis como mediador é, já em si mesma, um elogio. A iniciativa de recorrer à arbitragem para restabelecer a paz teria partido do Papa:

"(mas) o Papa, sabendo esto, mādoulhes dizer que non levãtasssem guerra mas que escolhessem antre sy hũu juiz que visse a contêda que antre elles avya e que a determinasse e, a sentença que elle hy desse, que elle a faria comprir. E elles, vêdo o mādado do Papa, ouverõ acordo cada hũu cõ seus cõselheiros e acharom antre sy, en acordo d' ambas as partes, que en toda Espanha nã era homê a que esto tanto pertêecese como a el rey dom Denis de Portugal e esto por duas

razões: a primeira, por que era muy boo rey e muy dereito e a segunda, por que avyam ambos com elle grande divido, ca el rey dõ Fernando era seu genro e el rey dõ James era seu cunhado, irmão da reia Dona Isabel, sua molher. E cada hûu delles mandou dizer ao Papa que el Rey dom Denis de Portugal era muy dereito e muy boo e que não avya ê Espanha outro tal como elle e que tevesse por bem de lhe êviar seu recado que o fizesse" (Crónica..., 1951, p. CXL).

Aqui vemos que a crônica fala tão somente de um mediador, no caso D. Dinis, logicamente a fim de o enaltecer, mas documentos de arquivos provam que foram escolhidos outros árbitros para julgar as questões pendentes entre os reis de Aragão e de Castela, quais sejam, D. Dinis, o infante D. João e o bispo de Saragoça, e mais dois outros para tratar das questões que estavam na base das lutas de Afonso de Lacerda com D. Fernando IV, sendo D. Dinis e D. Jaime.

Embora seja patente o intuito desta crônica, em enaltecer constantemente a pessoa do monarca, seria injusto afirmar que ela se resume tão somente a isso, pois que lá encontramos o principal relato de todos os feitos ocorridos nesse reinado e dos quais por ela tomamos conhecimento. Seguindo essa linha de pensamento, afirma que D. Dinis

"...pobrou muytos logares e villas en Portugal e outras cercou muy bem. Primeiramente: Miranda; e Vinhaaes; e Vila Frol; e a Alfandega; e Mirandela; e Freixio d' Espada Cinta; e Monforte de Rio Livre; e Montalegre; e Monçõ; e Villa Nova de Cerveira; e Villa Real; e Guimarãaes; e Bragaa; e o castello do Sabugal; e enadeo en Castello Rodrigo; e Moura; e Serpa; e enadeo ê Juromenha; e lavrou Olivença; e o Alandroal; e Veiros; e Mõforte; e Açumar; e Evoramõte; e Arrayollos; e Noudar; e Villa Viçosa; e Borva; e o Redondo; e outras villas e castellos que nos ainda aquy non dizemos assy en Portugal como no Algarve e outras muytas benfeitorias que fez" (Crónica..., 1990, p. 243).

O grande mérito desse empreendimento, vemos, está no fato de que D. Pedro, conde de Barcelos, viveu sua primeira fase da vida na corte de D. Dinis e, portanto, para escrever a sua obra, ele não precisa se valer de fontes escritas, pois baseia-se na sua própria memória ou no testemunho de contemporâneos (Crónica..., 1951, p. CCCXCVII). Trata-se, por isso mesmo, de lúcido observador dos fatos, dada a sua capacidade cultural. O que temos então, na maior parte do relato, são minuciosas e acuradas — como o comprova o confronto com documentos — narrações dos feitos e fatos do reinado de D. Dinis, por exemplo da viagem do rei D. Dinis a Aragão, em 1304, ou da guerra civil

(1319-1324), especialmente na fase posterior a dezembro de 1321, precedidas, ambas, de pormenorizada descrição dos antecedentes destes episódios (Crónica..., 1951, p. CCCXCVII).

Igualmente importante é o relato da revolta do filho de D. Dinis; D. Afonso, cuja eclosão D. Pedro atribui a Gomes Lourenço (Crónica..., 1951, p. CCCLII), procurando assim, quem sabe, isentar da responsabilidade do ocorrido, tanto D. Dinis, quanto D. Afonso. De fato, para o autor da crônica, o único ponto negativo na conduta do soberano é a sua preferência por D. Afonso Sanches, seu filho bastardo, mas já quanto à desinteligência entre o rei e seu filho D. Afonso, é fato que se deve debitar a Gomes Lourenço que, com sua retórica, induzia os concelhos ao incitamento das lutas, narradas com detalhes pelo cronista.

Ressaltamos que o forte da Crónica Geral de Espanha de 1344 são as informações sobre acontecimentos onde o conde interveio, ao passo que faltam referências por exemplo à fundação do Estudo Geral em 1288, à criação da Ordem de Cristo em Portugal após a extinção da Ordem dos Templários, ao fundador de cidades e mesmo ao rei lavrador. São acontecimentos não mencionados pelo conde D. Pedro em sua vastíssima obra.

BIBLIOGRAFIA

- AMADO, Tereza. *Crónica de D. João I de Fernão Lopes*. Apresentação crítica, selecção, notas e sugestões para análise literária. Lisboa : Seara Nova, 1980.
- BASTO, Artur de Magalhães. Estado actual dos principais problemas que a crónica de 1419 tem levantado. *Anais. Academia Portuguesa da História*. Lisboa, 1956, v. 7, série II.
- CIDADE, Hernâni, SELVAGEM, Carlos. *Cultura portuguesa*. Portugal : Empresa Nacional de Publicidade, 1967. v. 1.
- Crónica geral de Espanha de 1344*. Edição crítica do texto português de Luís Filipe Lindley Cintra. Lisboa : Academia Portuguesa da História, 1951-1990, v. 1 e 4.
- FARIA, António Machado de. "Nobiliários". *Dicionário de História de Portugal*. Direcção de Joel Serrão. Porto : Livraria Figueirinhas, 1985. v. 4.
- FIGUEIREDO, Fidelino de. *História da literatura clássica*. 3.ed. revista. São Paulo: Ed. Anchieta, 1946. v. 1.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. "A historiografia portuguesa : Orientações - Problemas - Perspectivas" *Revista de História*, São Paulo, 1955, n. 21 e22.

- MACHADO, José Pedro. "Crónicas". *Dicionário de História de Portugal*. Direcção de Joel Serrão. Porto : Livraria Figueirinhas, 1985. v. 2.
- MATTOSO, José. "A literatura genealógica e a cultura da nobreza em Portugal (s. XIII - XIV)". *Portugal medieval. Novas interpretações*. Lousã : Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. *Antologia da historiografia portuguesa*. Organização, prefácio e notas de. Lisboa : Publicações Europa - América, 1974. v. 1.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. "Historiografia na Idade média". *Dicionário de História de Portugal*. Direcção de Joel Serrão. Porto : Livraria Figueirinhas, 1985. v. 6.
- SARAIVA, António José. *História da literatura portuguesa*. Lisboa : Publicações Europa - América, 1950. (Coleção Saber).
- SARAIVA, António José. *O crepúsculo da Idade média em Portugal*. Lisboa : Gradiva Publicações, 1988.